

CLIPPING IMPRESSO

23/10/2021



INDICE

1. ASSESSORIA	
1.1. JORNAL PEQUENO.....	1
2. AÇÕES TJMA	
2.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	2
3. DECISÕES	
3.1. JORNAL O PROGRESSO.....	3 - 5
4. PRESIDÊNCIA	
4.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	6

Medalhas do TJMA

Em sessão plenária administrativa híbrida realizada na última quarta-feira, a Corte de Justiça estadual aprovou os relatórios dos indicados à “Medalha dos Bons Serviços Bento Moreira Lima”, à “Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes” e à “Medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo”.

As comendas serão entregues em solenidade especial que acontecerá no dia 19 de novembro próximo.

Com relatoria do presidente do Tribunal, desembargador Lourival Serejo, foi apresentado o relatório de indicados à “Medalha dos Bons Serviços Bento Moreira Lima”, para magistrados e magistradas com 30, 20 e 10 anos de bons serviços prestados à magistratura.

Os relatórios de indicação às medalhas do Mérito Cândido Mendes e do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo teve como relator o desembargador Vicente de Paula, presidente da Comissão responsável pela análise das propostas de indicação de nomes para concessão das comendas.

Repúdio de Cleones

O desembargador Cleones Cunha levantou a voz no início da sessão plenária administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), na última quarta-feira, para se manifestar contra ataques de deputado estadual do Estado de São Paulo, Frederico D'Avila em discurso amplamente divulgado na mídia nacional, contra o arcebispo de Aparecida, Dom Orlando Brandes, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o papa Francisco, atual Chefe de Estado da Cidade Estado do Vaticano.

O desembargador Cleones fez referência a sua história como cristão, ao seu batismo e vínculo à Igreja Católica desde tenra idade.

Repúdio de Cleones...2

“Eu nasci em 10 de fevereiro de 1958 e no dia 20 de maio do mesmo ano eu fui batizado em uma capela de palha em um povoado chamado Santa Filomena, que hoje é um município, com um frade capuchinho e portanto, há 63 anos pertencço a Igreja Católica Apostólica Romana”, narrou.

Cleones Carvalho ressaltou que

nunca tinha ouvido uma manifestação tão violenta contra a Igreja Católica, contra o papa Francisco e seus bispos, que são sucessores dos apóstolos.

Repúdio de Cleones...3

“O fato é de conhecimento público, mas quero aqui como cristão, como católico, manifestar o meu total repúdio a tal atitude e dizer que precisamos acabar com essa onda de ódio que está tomando conta do Brasil. Que Deus nos proteja!”, assinalou repudiando as agressões do parlamentar paulista.

Para endossar a manifestação do magistrado, o presidente da Corte estadual, desembargador Lourival Serejo determinou que fosse enviada mensagem em apoio à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

“Eu comungo em todos os aspectos do que Vossa Excelência disse e ainda vou mais adiante, sugerindo que se faça um telegrama de apoio a CNBB, diante de uma violência muito ostensiva”, pontuou o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo.

A manifestação dos desembargadores foi feita na sala das sessões plenárias.

Bastidores

Coriolano Filho

DRT 1069-MA

editoria@oprogressonet.com

Anulação

“Dia 22: data em que predominou a verdade. A operação espetacularosa que promoveram contra minha família e eu, foi considerada pelo TJ como arbitrária e ilegal. Anulada! Prevaleceu a Justiça!”. A afirmação foi feita pelo deputado federal Josimar Maranhãozinho (PL) após decisão do desembargador Bayma Araújo, que anulou as buscas da operação realizada contra ele.

**Justiça anula
buscas em
operação contra
deputado do
Maranhão**
P3c1

Justiça anula buscas do Gaeco e Seccor em operação contra Josimar Maranhãozinho

Decisão é do desembargador Bayma Araújo, do TJ do Maranhão. Magistrado entendeu que primeira instância não tinha competência para atuar no caso, e também suspendeu procedimento investigatório criminal relacionado à apuração



Divulgação

nesta sexta-feira (22) pelo desembargador Bayma Araújo, da 1ª Câmara Criminal do TJ-MA, em concessão de liminar em habeas corpus impetrado pela defesa do ex-prefeito de Araguaianã, Valmir Amorim (PL), um dos alvos da operação.

Segundo o magistrado, o juiz Ronaldo Maciel, da 1ª Vara Criminal de São Luís, não tinha competência para atuar no caso, em razão do foro por prerrogativa de função de Josimar Maranhãozinho.

“Diante desse contexto podemos concluir que o juízo competente para a causa é o Tribunal de Justiça (artigo 81, II da Constituição Estadual) e o juízo competente para apreciação da medida de busca e apreensão de documentos em imóvel de parlamentar federal, tal qual nestes autos ocorrido, é do Supremo Tribunal Federal, nos termos do artigo 53, § 1.º c/c artigo 102, I, b, ambos da Constituição Federal”, anotou.

“Violar as prerrogativas de parlamentar federal com a proferição de decisão de juízo monocrático, ainda que sob o argumento de que investigado por ato estranho ao seu mandato, porém decorrente de anterior legislatura parlamentar estadual, é malferir a garantia constitucional do juiz natural e seus consectários do juiz competente e imparcial”, completou Bayma.

O desembargador, decano da Corte estadual, determinou ainda que a decisão que autorizou a deflagração da Maranhão Nostrum seja anulada em todos os seus efeitos, inclusive, com a imediata paralisação da extração de dados e devolução dos bens apreendidos, além da suspensão da tramitação do procedimento investigatório criminal que originou o caso, até julgamento final do mérito do tema pelo pleno do Tribunal de Justiça. (Fonte: Atual7)

A Justiça do Maranhão considerou nula a decisão que autorizou a deflagração de uma operação de busca e apreensão realizada pelo Gaeco (Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas) e pela Seccor (Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção) contra o deputado federal Josimar Maranhãozinho (PL) e o grupo político do parlamentar, por suspeitas de organização criminosa e suposta participação em fraudes em licitação, peculato e lavagem de dinheiro.

Batizada de Maranhão Nostrum, a ação foi realizada de forma espetacular em 13 municípios do interior do estado, após a investigação haver ficado travada no ano eleitoral de 2020, poucos dias após Maranhãozinho haver confirmado pré-candidatura ao governo e declarado oposição ao governador Flávio Dino (PSB).

A decisão de anular as buscas foi proferida

Justiça & Cidadania

Antonio Carlos Lua acarlostlua@folha.com.br



Crise, caos, colapso e implosão social

O Congresso Nacional continua criando legislações sem que os cidadãos nelas se reconheçam. A sociedade não é chamada a participar efetivamente das discussões de interesse da Nação, que não avançou o suficiente para garantir as condições mínimas de bem-estar social à população brasileira. Tal prática é reflexo da complicada trajetória do Brasil, marcada pela tutela, controle, analfabetismo, que hoje fazem com que o país seja um depósito de pobreza e de miséria com uma degradação social sem precedentes na história.

Tivemos uma regressão. Esta é a causa da estranheza existente entre a sociedade e o Parlamento Brasileiro, que vem mantendo, ao longo dos anos, a herança política maldita, que sempre afastou a população da arena das decisões nacionais, com os interesses de grupos políticos se sobrepondo aos do conjunto da sociedade.

Até 1808 – ano da chegada da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro – o Brasil era uma Colônia atrasada, ignorante e proibida, quando 98% dos habitantes eram analfabetos. Na época, não havia ensino superior e imprensa. A circulação de livros era censurada e o direito de reunião para discutir ideias era proibido. De cada três brasileiros, um era escravo. O comércio era feito à base de escambo.

Essa herança de exclusão se perpetuou depois da Independência. A nossa primeira Constituição (1824) foi outorgada, ou seja, imposta de cima para baixo. Durante o período monárquico, um pequeno ilustrado tentava conduzir os destinos de toda a população, constituída por uma enorme massa de analfabetos e destituídos. Na República, o fenômeno se repetiu em inúmeros golpes, quarteladas e ditaduras, em que novamente alguns grupos mais privilegiados tentam tutelar os demais.

É por isso que o brasileiro ainda não incorporou por completo o conceito de civilização e o problema da transgressão às leis – por razões históricas – se agrava cada vez mais no país. Hoje, o perfil do Legislativo – majoritariamente elitista, masculino e branco – expõe as mazelas da formação social do Brasil e as distorções de um sistema político que não tem sincronização com o que acontece no país.

Os séculos de escravidão deixaram muitos problemas na sociedade. A distribuição que ocorreu na economia não aconteceu na política, que continua a ser pouco inclusiva. O Congresso Nacional, sempre com posicionamentos blindados, reitera sua disposição de entregar, a seu tempo e vontade, um produto acabado para que o povo diga amém para o resultado que sair das duas casas legislativas brasileiras.

O ônus desta negativa à soberania popular deve ser cobrado do Congresso Nacional. Quem perde, de fato, com tudo isso é a sociedade, ao ser escanteada por políticos que não querem alterar este contexto falido de representatividade política que agride frontalmente a democracia.

A experiência de cidadania no Brasil é o avesso do conceito de democracia e de Justiça Social. No país, infelizmente, os direitos civis, políticos e sociais não foram ainda consagrados, gerando uma massa de cidadãos submetidos aos resquícios de regimes ditatoriais.

Cidadania

No Brasil, o ciclo da democracia não avança e não contribui efetivamente na construção da cidadania social, o que se constitui um devaneio pelo fato de o país caminhar na contramão da democracia, menosprezando secularmente os seus cidadãos.

Ingovernável

Embora a Constituição Federal de 1988 tenha inaugurado uma etapa inédita para a construção da cidadania, o país mantém-se ingovernável, o que impede a abertura de uma nova ordem social com a força negativa da dominação da doutrina neoliberal.

Controle

O Estado brasileiro perdeu não somente o comando da política como também o controle do crescimento econômico, com juros em patamares elevadíssimos, a destruição sistemática das cadeias produtivas de setores estratégicos e o endividamento crescente do país.

Incompatível

No campo da cidadania social, a Carta Magna de 1988 mostrou-se incompatível com o Estado Mínimo, mas a contrarreforma

fez com que fossem eliminados pontos fundamentais do documento constitucional.

Contraposição

Diversas medidas tramitam no Congresso Nacional com o objetivo de cortar investimentos e gastos sociais, gerando o desemprego e o rebaixamento da renda do trabalho, criando o Estado Mínimo liberal, em contraposição às políticas sociais universais consagradas na Constituição.

Experiência

No Brasil, o arcaico dar as caras sem pudor. A democracia e a cidadania continuam sendo dois fatores absolutamente estranhos no Estado brasileiro. O pêndulo caminhou para a direita e não deve regressar tão cedo. Essas questões atravancam decisivamente o avanço do Brasil.

Cidadania

A democracia e a cidadania continuam sendo dois fatores absolutamente estranhos no Estado brasileiro. O pêndulo caminhou para a direita e não deve regressar tão cedo. Isso requer a formulação de um projeto democrático para o enfrentamento da esperamos que essa seja uma utopia realizável.